

43º Encontro Anual da ANPOCS

SPG18 - Migrações e a produção de fronteiras

**CARAVANAS MIGRANTES E O ENDURECIMENTO DE FRONTEIRAS:
corpos em movimento, democracia e resistência**

**Paula Dias Dornelas (UFMG)
Yulieth E. Martínez Villalba (UFMG)**

21 a 25 de outubro de 2019, Caxambu - MG

CARAVANAS MIGRANTES E O ENDURECIMENTO DE FRONTEIRAS: corpos em movimento, democracia e resistência

Paula Dias Dornelas¹
Yulieth E. Martínez V.²

RESUMO: o presente trabalho pretende discutir o fenômeno migratório, mais especificamente as Caravanas Migrantes ocorridas em 2018, em alguns países da América Central rumo aos Estados Unidos e México. A proposta é entender o movimento não só como o deslocamento físico de um grupo de pessoas, mas como uma forma de resistência e ação política, em que corpos interagem, se unem e estabelecem suas reivindicações no espaço público. Além disso, o trabalho aborda questões como o estabelecimento e controles de fronteiras – físicas e simbólicas - e discussões sobre o conceito de “povo”, à luz de teorias e análises contemporâneas sobre a política e democracia. A relação entre esses debates, a realização das Caravanas Migrantes e o papel da mídia nesse processo também será abordada.

PALAVRAS - CHAVE: Migração; Corpos; Democracia; Mídia; Resistência.

INTRODUÇÃO

A mobilidade espacial da população é um fenômeno que perpassa diversos momentos históricos e tem papel decisivo na própria configuração do capitalismo.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG e bolsista CAPES/ProEx. Especialista em Cidadania e Direitos Humanos no Contexto das Políticas Públicas pela PUC Minas e graduada em Comunicação Social/Jornalismo, pela UFMG. Integrante do Margem - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça, do Nepem – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, ambos da UFMG, e do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Direitos Sociais e Migração, da PUC Minas.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG e bolsista CNPq/PEC-PG. Especialista em Epistemologias do Sul pela CLACSO e Profissional de Negócios Internacionais pela Universidad del Magdalena (Colômbia). É membro da Rede Interinstitucional de Política Externa e Regime Político (RIPPERP).

Tanto os deslocamentos internos quanto as migrações internacionais estão ligadas a questões econômicas, políticas e sociais, tendo assumido papel de destaque na formação das sociedades. A segunda metade do século XIX foi um período que marcou grandes deslocamentos populacionais, principalmente partindo da Europa, de onde países europeus presenciaram a emigração de aproximadamente 30 milhões de pessoas em direção às Américas (BRITO, 1995, p. 23).

Essa intensa mobilidade tem raízes nos efeitos causados pelo progresso técnico-industrial da época e a consequente geração de excedente demográfico não absorvido pela economia europeia. A saída foi a internacionalização do mercado de trabalho e a migração para outros países. Para o Brasil, entre o final do século XIX e metade do século XX, vieram fluxos de imigrantes de países como a Itália, Portugal e Espanha, além de países asiáticos como o Japão. Havia uma política governamental de atração de imigrantes internacionais, que estava ligada ao interesse de "'eugenzar' a força de trabalho no Brasil, marcada pelos séculos de escravidão" (BRITO, 1995, p. 24).

Ao longo dos anos, entretanto, a dinâmica migratória mundial apresentou mudanças. A partir da década de 1970, aumentaram os fluxos dos países "em desenvolvimento" para aqueles considerados mais "desenvolvidos", em contraposição ao que antes era observado. Nesse contexto, mercados mais competitivos, o aumento nas taxas de desemprego e a globalização têm sido alguns dos aspectos que motivaram essa mudança nos destinos migratórios. Sobre isso, Fausto Brito (1995) expõe que

Estados passam a dividir com outros Estados a formação de alguns parâmetros básicos de política econômica e monetária. A contrapartida tem sido o ressurgimento de movimentos nacionalistas e étnicos, como se o reforço da identidade nacional pudesse compensar a internacionalização de algumas funções do Estado nacional. (...) Mercados de trabalho competitivos e seletivos, nacionalismo e preconceitos étnicos redefiniram o significado de migrações internacionais para os países desenvolvidos. (BRITO, 1995, p.29)

Nos últimos anos, tem sido presente o reforço de ideias nacionalistas e uma maior adoção de mecanismos de controle de mobilidade, fortalecendo a

produção de fronteiras físicas e simbólicas. Nesse sentido, observa-se o endurecimento de políticas migratórias em vários países, novas estratégias de securitização das fronteiras, bem como o aumento de discursos anti-imigratórios e de criminalização da migração. No contexto atual, principalmente nos fluxos Sul-Norte, as fronteiras são atravessadas por lógicas desiguais e de “ilegalização” dos migrantes, que são vistos como riscos à soberania dos Estados e, conseqüentemente, como corpos passíveis de vigilância, controle e detenção (AQUINO, DÉCOSSE e HUERTA, 2012). A condição de ilegalidade frequentemente vinculada àqueles que se deslocam é, entretanto, vista por muitos autores (DE GENOVA, 2004; SQUIRE, 2011) como uma produção sócio-política ambivalente, que tem objetivos de exclusão, precarização de mão de obra e racialização.

Entretanto, na contramão dessa lógica, situam-se estratégias de organização adotadas por migrantes que, ao se deslocarem e desafiarem os dispositivos de controle migratório, exercem o direito de circulação e se opõem a esse “regime global de fronteiras” (VARELA HUERTA, 2016) que os exclui e os enxerga como um problema. Essas estratégias surgem num contexto de mudanças no perfil dos deslocamentos e das pessoas que se deslocam. Há de se destacar que dois terços do número de imigrantes internacionais do mundo residem em apenas 20 países, sendo os Estados Unidos o local que mais abriga essa população (50 milhões), de acordo a Organização das Nações Unidas (2017). Dentre os principais fluxos migratórios para os EUA, destacam-se aqueles oriundos dos países da América Central. Em 2018, esses deslocamentos se fortaleceram e adquiriram outras características, como a formação das chamadas “Caravanas Migrantes” ou “Caravana de Migrantes”. Se os deslocamentos sempre existiram, chama a atenção a organização desse fluxo em um grande grupo que, junto, caminha em direção ao destino. A pé, na maior parte do trajeto, milhares de pessoas saíram de países como Honduras, Guatemala e El Salvador, com o objetivo de chegar aos Estados Unidos em busca de melhores condições de vida.

Com base nesses apontamentos iniciais, o presente trabalho visa discorrer sobre o fenômeno migratório, mais especificamente as Caravanas Migrantes, a partir de discussões contemporâneas sobre a ação política, feitas, principalmente,

por autores como Judith Butler (2018), Achille Mbembe (2018), John Keane (2013) e Amarela Varela Huerta (2013;2016). A proposta é entender e analisar o potencial político da caravana, de modo a enxergá-la como uma forma de resistência, em que corpos estão em ação e mobilidade (BUTLER, 2018), expondo suas reivindicações, demandas e significados.

Num primeiro momento, será realizada uma breve exposição sobre o contexto das migrações centro-americanas, de modo a compreender as conjunturas importantes para a formação das caravanas, suas possíveis motivações e a dinâmica de construção do movimento. Essa introdução será importante para que se estabeleçam as relações entre a temática e discussões contemporâneas sobre a democracia, política e a mídia, o que será feito em seguida. Para tanto, faz-se importante analisar como definições de “povo” e a delimitação de fronteiras diz, também, sobre vidas que podem, ou não, ser dispensáveis. Essa discussão contribui para se pensar nas respostas às Caravanas, dada por agentes estatais e da sociedade civil. Há de se destacar que este trabalho não pretende esgotar as reflexões que podem ser feitas sobre o tema, mas, sim, desenvolver breve revisão bibliográfica que permita compreender como fenômenos como a mobilidade espacial podem ser frutíferos para se pensar diferentes concepções de democracia e política.

O CONTEXTO CENTRO-AMERICANO E AS CARAVANAS MIGRANTES

Para refletir sobre o surgimento das chamadas Caravanas Migrantes, há de se compreender, ainda que brevemente, aspectos políticos, econômicos e sociais que perpassam a realidade dos países que formam o chamado Triângulo Norte da América Central: Honduras, Guatemala e El Salvador. Pobreza, desastres naturais e instabilidade política advinda de anos de conflitos armados são alguns dos cenários presentes nessa região, de onde, há muitos anos, emigram diversas pessoas para o México e Estados Unidos (EL COLEF, 2018).

Aliado a isso, os países do Triângulo Norte registram altos índices de violência e grandes taxas de homicídio, além da atuação forte das chamadas maras, gangues que controlam algumas regiões centro americanas. A articulação entre esses fatores tem ocasionado o crescimento dos fluxos migratórios, com

registros cerca de 400 mil eventos de trânsito de migrantes para o México (RODRIGUEZ, 2016). Aqueles que se deslocam, entretanto, se deparam com políticas de controle de fronteiras e, muitas vezes, recorrem aos chamados coiotos, pessoas que conduzem os migrantes durante o processo migratório, de forma irregular, em troca de pagamento. A atuação de traficantes de pessoas também pode ser observada, o que agrava a situação de risco exposta a muitos migrantes.

Aliada à situação e violência, há ainda o grave contexto de desaparecimento de migrantes. Como aponta Amarela Varela Huerta (2016), estima-se que setenta mil migrantes centro-americanos tenham desaparecido em território mexicano entre 2007 e 2012, de acordo com estimativas contidas no informe *Situación de las personas migrantes no localizadas y restos no identificados en México* (2012), encaminhado para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Diante desse cenário, para Varela Huerta (2015), a migração nessa região pode ser entendida como um produto de condições sociais de precarização nos mais variados âmbitos da vida (trabalho, direitos sociais, culturais e econômicos), além de uma liberalização da violência que afeta os centro-americanos.

Na avaliação de outros autores, frente a esse contexto de insegurança e violação de direitos, a organização de um “deslocamento coletivo” - a formação de caravanas - se mostrou uma opção. Como pontua um estudo da instituição El Colegio de La Frontera Norte (2018),

As caravanas de migrantes são uma opção de mobilidade que permite visibilidade, acompanhamento e proteção aos migrantes por organizações sociais, mídia e organizações de direitos humanos. Isso explica em grande parte o crescimento das caravanas que partiram entre outubro e novembro de 2018 em Honduras e El Salvador; eles representam um meio de mobilidade relativamente segura e barata em comparação com os custos muito elevados de coiotos (EL COLEF, 2018)

Conforme explicitado anteriormente, os fluxos migratórios entre países da América Central e do Norte sempre existiram. A diferença desses deslocamentos para as caravanas está na formação de um grupo, em caravana, que, simultaneamente, decide “marchar” e, junto, cruzar as fronteiras. Há de se

destacar que, assim como os deslocamentos nessa região são comuns e históricos, a existência de caravanas de migrantes nesse território não é algo novo. Dentre as movimentações de maior destaque, estão as caravanas de mães centro-americanas que buscam por seus filhos desaparecidos durante a travessia pelo México para os Estados Unidos. Organizadas, principalmente, pelo Movimento Migrante Mesoamericano, essas caravanas ocorrem há quatorze anos, sendo lideradas por mulheres. O movimento se descreve como a “expressão vital da binacionalidade e das vítimas dos estados nacionais que competem pelo controle e monopólio dos meios de subsistência e que excluem seus cidadãos, aproveitando os recursos naturais e humanos de suas nações” (MOVIMIENTO MIGRANTE MESOAMERICANO, 2019).

Faz-se importante mencionar que, neste trabalho, o foco não está nas caravanas das mães centro-americanas, mas naquelas ocorridas, principalmente, em 2018 pela América Central e cujo foco não estava na busca por migrantes desaparecidos. Entendemos que essas mobilizações têm semelhanças, mas possuem distinções - principalmente no tangente a seus objetivos. Aqui, optamos por apresentar, mais profundamente, estas últimas caravanas, principalmente por considerar a grande visibilidade midiática que estas tiveram – ponto importante para a análise proposta neste trabalho.

Sobre estas, a movimentação inicial teve origem em Honduras, em abril de 2018. Organizada pelo grupo Pueblo Sin Fronteras³, a primeira caravana reuniu centenas de pessoas, que atravessaram o México e chegaram à fronteira com os Estados Unidos, na tentativa de obter asilo no país. Em outubro do mesmo ano, outra caravana, desta vez mais numerosa, porém não organizada pelo grupo anterior, marchou em direção ao território norte-americano. Ao longo do trajeto, outros milhares de homens, mulheres e crianças se reuniram ao grupo e seguiram caminhando. O fluxo adquiriu visibilidade midiática e política, causando maior adesão de outros migrantes e reações de representantes dos diversos países envolvidos nos deslocamentos.

³ Pueblo Sin Fronteras é uma organização composta por defensores de Direitos Humanos de diversas nacionalidades, que auxilia migrantes e refugiados principalmente no México e Estados Unidos. O grupo atua no acompanhamento, ajuda humanitária direta em abrigos e ao longo da rota migratória, além de treinamento e conscientização sobre direitos dos migrantes.

As movimentações de grupos de migrantes em outubro de 2018 começaram no dia 12 daquele mês, com um grupo de cerca de 160 pessoas, que saíram da cidade de San Pedro de Sulas, em Honduras. No dia seguinte, o número de integrantes da caravana já havia subido para, aproximadamente, 1.300, quantidade que aumentava concomitantemente ao deslocamento. Até a chegada ao México, de acordo com a pesquisa do El Colef (2018), o grupo estava coeso e seguia junto. Ao chegar à capital, Cidade do México, os grupos começaram a dispersar e viajar em grupos de dezenas e centenas de pessoas. Algumas pediam asilo no México ou retornavam para os países de origem. Outras, seguiam o caminho para Tijuana, cidade que fica a cerca de 3 mil quilômetros da capital mexicana e faz fronteira com os EUA.

Vários foram os acontecimentos durante o trajeto das caravanas de migrantes. Para o presente trabalho, interessa-nos, não uma descrição dos fatos ocorridos, mas uma contextualização e posterior análise à luz de discussões e reflexões sobre teorias democráticas contemporâneas. Um dos pontos importantes é perceber a questão da corporalidade e o deslocamento, pensando na atuação e mobilização política de indivíduos e grupos e nos reflexos de suas ações políticas.

CORPOS EM MOVIMENTO

Dimitri Fazito (2017) defende que a interação humana é resultante da incorporação de distâncias sociais e físicas, traçadas por corpos em movimento. Para o autor, parte importante da história das mobilidades consiste no uso dos corpos que interagem, se relacionam com o outro e trocam experiências (FAZITO, 2017). Nesse caso, pensar em processos migratórios, portanto, não consiste em analisar apenas os deslocamentos físicos entre um local e outro, mas as dinâmicas interacionais que são construídas e desenvolvidas ao longo desse processo.

Nesse sentido, quando um sujeito se desloca, há uma mobilidade, também, no espaço social, que depende da interação entre as pessoas e de dinâmicas de produção de afetos e relações entre subjetividades diferentes. Para Fazito (2017), é possível identificar um “ato em mobilidade”, que está socialmente situado e

decorre desses corpos em movimento. Uma das formas que o autor destaca para compreender os corpos em mobilidade no mundo contemporâneo é olhar para a migração como uma interação relacional, que

Coloca o sujeito em um contexto de interação e distâncias - claramente, a migração não é considerada aqui um ato individual em si, onde uma racionalidade instrumental autônoma determina sua consequência como deslocamento individual e racional no espaço físico. Qualquer ato em mobilidade, portanto, pode ser entendido por formas essenciais de interação (Simmel, 1950) que definem um tipo de deslocamento no espaço físico e social. (FAZITO, 2017, p. 3).

Para o autor, ainda, uma questão importante que se coloca é compreender qual o elemento desses corpos em movimento pode ser central para definir o tipo de mobilidade possível (deslocamentos definitivos, forçados ou não, migrações sazonais, viagens etc.). No caso das Caravanas Migrantes, conforme destacado anteriormente, é esse aspecto interacional, coletivo e simultâneo que chama a atenção. O fato de vários migrantes estarem reunidos e “em marcha” configura uma diferenciação importante ao se considerar os outros deslocamentos que sempre existiram e existem em toda e qualquer sociedade. O que leva, portanto, milhares de pessoas a se juntarem em uma caravana migrante, principalmente considerando riscos que podem se impor (fome, sede, clima, violência policial, controle de fronteiras, xenofobia...)? Como interpretar essa ação?

Apesar de serem questionamentos complexos e passíveis de análise em diversos âmbitos, alguns pontos podem contribuir para essas reflexões. Um ponto importante que este trabalho se propõe a apresentar é a dimensão política das Caravanas Migrantes, entendendo o movimento como uma forma de resistência. Na obra “Corpos em aliança e a política das ruas”, Judith Butler (2018) analisa eventos como as manifestações da Primavera Árabe e o movimento *Ocuppy* para discorrer sobre as assembleias públicas, a performatividade e a ação política de sujeitos. Ao analisar esses processos, a autora defende que “agir em concordância pode ser uma forma corporizada de colocar em questão as dimensões incipientes e poderosas das noções reinantes da política.” (BUTLER, 2018, n.p.). Os corpos, para Butler, são produtivos e performativos, algo que não está dado. Isso significa dizer, na visão da autora, que eles são formados a partir

de interpretações, de processos relacionais e de construção social. Para tanto, os corpos podem exercer uma performatividade nos espaços públicos, que depende dessa aparição corporificada nesses locais e de alguns recursos que garantam isso.

Segundo a autora feminista, quando os corpos se juntam na rua ou em outros espaços públicos, como nas manifestações analisadas, eles estão exercendo o direito performativo e plural de aparecer, que é importante para inserir o corpo no campo político (BUTLER, 2018). Essa manifestação corpórea, contudo, pode acontecer tanto na representação por assembleias, ocupação de espaços públicos e greves, por exemplo, quanto em outras formas de manifestação, que transmitem “uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária.” (*idem*, 2018, n.p.)

Essa visão nos permite compreender fenômenos como a Caravana Migrante, em que a reunião dos migrantes, desses corpos que estão em movimento, pode ser entendida como uma ação em aliança, uma forma de resistir a condições que colocam esses sujeitos em situações de precariedade. Ainda que não se configure como um “protesto”, como uma greve ou ainda que as pautas não estejam colocadas de forma explícita, a reivindicação por melhores condições de vida está ali, na presença dos corpos, na reunião desses sujeitos e em sua existência plural no espaço público. Os corpos em movimento contestam, portanto, condições que os excluem e precarizam, podendo questionar relações de poder existentes. A aliança desses corpos e a mobilização desse espaço de aparecimento ocorre, também, quando novos grupos atuam politicamente. E as reivindicações feitas por essas pessoas podem, ainda, ter uma dimensão que não demanda, necessariamente, da linguagem por meio da fala, da vocalização.

Judith Butler (2018) argumenta que estar na rua e reunir-se em assembleia possui, em si, significados políticos que não são apenas transmitidos pelo discurso escrito ou falado. Nessa perspectiva, as ações corporificadas possuem sentidos que são anteriores às reivindicações que podem ser vocalizadas, não sendo, “nem discursivas nem pré discursivas” (BUTLER, 2018, n.p.). Para a autora, o corpo e sua persistência na esfera pública não precisam ser delimitados apenas pela linguagem vocal, tendo em vista que a própria performatividade

desses corpos já possui sua significação, ou seja, reunir-se é, em si, uma prerrogativa política.

Se as formas de aparecer tem significados que vão além do que é dito, então é necessário que a vocalização não seja o único fator a ser considerado ao analisarmos formas de manifestação ou mobilização social. Protestos silenciosos e vigílias, por exemplo, podem traduzir anseios e transmitir mensagens importantes. Esse é outro ponto que vincula essas discussões às Caravanas Migrantes, já que, conforme explicitado anteriormente, as reivindicações e a luta das pessoas que a compunham não estava, necessariamente, vocalizada explicitamente. Sobre isso, Butler (2018) defende que

temos que repensar o ato de fala para entender o que é feito e o que é realizado por determinados tipos de representações corporais: os corpos reunidos “dizem” não somos descartáveis, mesmo quando permanecem em silêncio. Essa possibilidade de expressão é parte da performatividade plural e corpórea que devemos compreender como marcada por dependência e resistência. Criaturas em assembleia como essas dependem de um conjunto de processos institucionais e de vida, de condições de infraestruturas, para persistir e fazer valer juntas o direito às condições de sua persistência. (BUTLER, 2018, n.p.)

Conforme mencionado acima, a autora feminista defende que é preciso entender a ação política dos corpos nas ruas não só por aquilo que é dito, mas também compreender que há significados que vão além do que é vocalizado, já que a própria aparição nos espaços públicos já é dotada de sentidos.

Nesse sentido, tomando como base as contribuições de Butler, a formação das caravanas poderia ser compreendida como um exercício performativo e uma demanda corporal por “vidas mais vivíveis” (BUTLER, 2018), principalmente ao se considerar condições de precariedade que essas pessoas lutam para combater. Nas palavras da autora,

quando as pessoas se reúnem nas ruas, uma implicação parece clara: elas ainda estão aqui e lá; elas persistem; elas se reúnem em assembleia e manifestam, assim, o entendimento de que a sua situação é compartilhada, ou o começo desse entendimento. E mesmo quando não estão falando ou não apresentam um conjunto de reivindicações negociáveis, o apelo por justiça está sendo representado: os corpos em assembleia “dizem”: “nós não

somos descartáveis”, não importando que estejam ou não usando palavras no momento; o que eles dizem, por assim dizer, é “ainda estamos aqui, persistindo, reivindicando mais justiça, uma libertação da precariedade, a possibilidade de uma vida que possa ser vivida. (BUTLER, 2018, n.p.)

No excerto acima, Butler destaca a dimensão compartilhada das reivindicações, um aspecto importante a ser mencionado e que se vincula, também, às discussões sobre as Caravanas Migrantes e os próprios deslocamentos populacionais. Como já explicitado anteriormente, o fenômeno migratório pressupõe uma dinâmica interacional, que envolve a relação com outros sujeitos tanto no país de origem, quanto no de destino. Sobre isso, Abdelmalek Sayad (1998) enxerga a migração como um fato social total, um fenômeno que diz sobre a sociedade como um todo, em sua perspectiva histórica e estrutural. Para o autor, quando uma pessoa sai de um local e migra para outro, ela é, simultaneamente, emigrante de seu lugar de origem e imigrante naquele que chegou (SAYAD, 1998). Essa dinâmica envolve a permanência de laços e relações sociais entre esses dois espaços, uma (re)construção contínua dos sentidos e interpretações de si e do outro. No caso da caravana, essa interação surge, também, ao longo do trajeto migratório, enquanto os sujeitos estão na rua, se deslocando de um lugar para o outro. Há, então, a construção de um espaço de sociabilidade e apoio entre aqueles que migram.

Butler fala, ainda, que até mesmo a liberdade prescinde uma interação com outro, já que não se trata de produzir uma identidade coletiva, mas construir um conjunto de relações que envolvem disputa, suporte, rupturas, solidariedade e alegria (BUTLER, 2018). Ao se referir às formas de manifestação e reivindicação, a autora explica que esses corpos, juntos, formam redes de resistência, em que ação em aliança acontece entre aqueles agentes que são ativos, mas que também necessitam de apoio. Sobre isso, a autora defende que

Essas mobilizações fazem as suas reivindicações por meio da linguagem, da ação, do gesto e do movimento; dos braços dados; da recusa em se mover, e da formação de modos corporais de obstrução às autoridades do Estado ou da polícia. Um dado movimento pode se mover para dentro e para fora do espaço de exposição elevada, dependendo das suas estratégias e das

ameaças militares e policiais que deve enfrentar (BUTLER, 2018, n.p).

Além da dimensão interacional e relacional daqueles que expõem suas reivindicações, a produção de espaços é um ponto importante das teorizações apresentadas e um aspecto interessante ao se considerar as dinâmicas migratórias. Judith Butler (2018) retoma as discussões de Hannah Arendt, que defende que o espaço faz surgir a política e que a ação depende do aparecimento do corpo. Butler questiona essa visão, ao entender que essa ótica poderia deixar de olhar e de considerar a agência daqueles que são excluídos desses espaços de aparecimento. Para a autora feminista, as manifestações não estão limitadas à produção de espaço, ou seja, não prescindem a existência deste, mas podem se apoderar de outros já existentes por meio da ação política. Para Butler (2018), o espaço é um exercício performativo, que acontece entre corpos, e não de forma localizada ou pontual. Quando grupos surgem em ação política e ocupam as ruas – como nas caravanas migrantes, por exemplo, esse espaço de aparecimento pode ser apoderado, se tornando não apenas parte da ação, mas também aquilo pelo qual as pessoas lutam (*idem*, 2018). No caso das caravanas, essa luta é, também por ocupar espaços: deslocar, permanecer e sobreviver no local escolhido.

Numa perspectiva que também discorre sobre condições de precarização e as formas de resistência frente a isso, situam-se as discussões de Amarela Varela Huerta (2013; 2016). Para a autora, é possível pensar numa “sociologia das lutas migrantes”, um processo que envolve reivindicações feitas por organizações e movimentos sociais, ou por estratégias de desobediência cotidianas. As lutas migrantes são mobilizações feitas por “não cidadãos”, sujeitos que permanecem clandestinizados e excluídos por lógicas que estrangeirizam os “não nacionais”. Na avaliação da autora, as principais reivindicações desses grupos são “o efetivo exercício e reconhecimento do direito ao asilo político e a liberdade de circulação, ambos direitos humanos universalmente reconhecidos” (VARELA HUERTA, 2016, p. 2).

A autora defende que as discussões e abordagens sobre a migração considerem, também, a agência política das pessoas que migram, ponto que

defendemos no presente trabalho ao nos debruçarmos sobre as caravanas migrantes. Ao advogar a existência de lutas migrantes, Varela Huerta (2013) expõe que essas lutas consistem num novo tipo de movimento social, que “constrói novas formas de cidadania, apesar de seus membros carecerem de reconhecimento legal como sujeitos de direito” (VARELA HUERTA, 2013, p. 215). As práticas, recursos mobilizados e estratégias adotadas são tomadas frente a um regime global de fronteiras que constrói mecanismos de exclusão nos mais variados locais e contextos. Se para Butler (2018), a precariedade determina quais vidas são “vivíveis” e quais não, para Varela Huerta (2016) é necessário olhar para as estratégias de organização de migrantes e suas famílias que, ao lutarem pelo direito de circular e permanecer, resistem e se defendem de instituições que os securtizam e estrangeirizam. Se inserindo nessa rede de mobilizações e luta, a autora defende que “somos muitos, temos muitas estratégias, vencemos cotidianamente muitas fronteiras internas e externas, transbordamos os limites do instituído e nos tornamos menos racistas. Essas lutas precisam ser contadas.” (*idem*, 2013, p. 214).

Outro autor que defende a centralidade da agência política nas análises e tematizações sobre migração é Sandro Mezzadra (2012), que apresenta a perspectiva da “autonomia das migrações”. Essa abordagem, também importante para que nos debrucemos para acontecimentos como as caravanas migrantes, pressupõe que a migração seja entendida como um movimento social, em seu sentido literal. Para o autor, essa ótica precisa “ser compreendida como uma nova perspectiva de análise das ‘políticas de mobilidade’ – que enfatiza a dimensão subjetiva no interior das lutas e enfrentamentos que constituem materialmente o terreno dessas políticas” (*idem*, 2012, p. 73). Isso significa dizer que a mobilidade, para além de um deslocamento físico deve ser entendida, também, como um processo que envolve práticas e dimensões subjetivas, diferentes comportamentos e motivações de quem se desloca, bem como um movimento que é, também, afetado por dispositivos de dominação e exploração que podem afetar a autonomia de quem migra.

Tomando como base essa perspectiva de autonomia das migrações (MEZZADRA, 2012) e, ao se considerar o atual contexto de endurecimento de fronteiras, precariedade e criminalização da migração, é possível olhar para

experiências como as caravanas migrantes como estratégias de resistência de corpos em aliança (BUTLER, 2018) ou experiências de luta migrante (VARELA HUERTA, 2013). Mais ainda, é necessário entender outros aspectos que envolvem a deflagração e o impacto dessas formas de mobilização.

A CARAVANA E A MÍDIA

A dimensão midiática é também importante para se pensar nas caravanas migrantes e nas discussões aqui propostas. Durante a marcha, os migrantes estavam nas ruas, se deslocando de um lugar para o outro, na busca por melhores condições em outro território. Ali, eram sujeitos em situações precarizadas que lutavam por uma “vida mais vivível” (BUTLER, 2018), vários corpos que “falavam politicamente”, ainda que não pela linguagem vocal ou escrita. Na caravana ocorrida em outubro de 2018, à medida que as pessoas se deslocavam, outros sujeitos aderiram ao grupo, após presenciar a movimentação ou saber do movimento pela mídia. As marchas obtiveram grande repercussão nos mais variados veículos de comunicação no mundo, o que também contribuiu para que outros espectadores se informassem sobre a caravana e se posicionassem em relação a ela, incluindo governantes e outros grupos e movimentos sociais.

Como já explicitado, a divulgação do fenômeno nos veículos de comunicação teve um papel importante tanto para mobilizar outras pessoas a aderirem a marcha, tanto para difundir informações sobre o deslocamento. Na análise do El Colef (2018), essa veiculação pode estar relacionada, inclusive, a eventos políticos nos Estados Unidos, como as eleições de novembro de 2018, ocorridas no período em que acontecia a caravana:

Essa divulgação se deve, sem dúvidas à utilização política do fenômeno por parte de Donald Trump durante o período anterior a eleições intermediárias nos Estados Unidos, realizada em 6 de novembro de 2018. Os tweets de Trump, suas declarações e de seu governo provocaram a reprodução de milhares de artigos jornalísticos e a propagação de notícias sobre a caravana, não só na região centro-americana e mexicana, mas no mundo inteiro. (EL COLEF, 2018, p. 3, tradução nossa).

Essa propagação de notícias e a divulgação midiática foram importantes para ampliar o movimento, bem como a existência da caravana também era necessária para que a mídia a divulgasse. Na avaliação de Butler (2018), essa é uma relação de interdependência, na medida em que “a mídia precisa desses corpos na rua para ter um evento precisamente quando esses corpos na rua precisam da mídia para existir em uma arena global.” (BUTLER, 2018, n.p). Essa relação entre os dois “campos” é, na visão da autora, uma versão contemporânea da esfera pública, que desafia os limites do espaço e tempo, situando os corpos em diferentes localidades.

Se o olhar para a mídia é fundamental para refletir sobre a divulgação da caravana migrante, este o é, também, para compreender sua formação. John Keane, na obra *Democracy and Media Decadence* (2013), defende que a sociedade vive num cenário de abundância comunicativa, em que há uma sobreposição de dispositivos midiáticos e uma integração entre texto, imagem e som, que altera as lógicas de produção, circulação de informações e, até mesmo, o modo como as pessoas se relacionam. O autor explica que esse contexto, advindo de mudanças e avanços tecnológicos, afeta o modo como os sujeitos experienciam questões como a memória, o tempo, as formas de comunicação e a própria lógica entre público e privado (KEANE, 2013). Essa nova conjuntura é perceptível, por exemplo, em fatos como o amplo acesso a celulares e dispositivos móveis, a abrangência e papel de mídias sociais e novas formas de consumo de notícias, numa maior velocidade e imediatismo.

No caso das caravanas migrantes, como já exposto, essa conjuntura contribuiu tanto para a divulgação, quase que em tempo real, do trajeto dos migrantes, quanto perpassou os próprios anseios e desejos daqueles que, ao saber - pela mídia - do deslocamento de outras pessoas, decidiram se juntar à caravana. Para os atores estatais e governantes dos países de destino dos migrantes, as informações do movimento vinham, principalmente, pela mídia, e era por meio delas - e das redes sociais - que esses representantes se manifestavam, como no caso dos tweets de Donald Trump, contrários à mobilização. Há de se destacar, também, que no caso dos EUA, o contexto de eleições, como anteriormente pontuado, foi importante para que a utilização das mídias sociais fosse, também, estratégica. Num contexto de abundância

comunicativa e de alto fluxo de informações, o amplo alcance das postagens nas redes como Twitter e Facebook contribui para a difusão ainda mais veloz dos comentários, reações e decisões a serem tomadas pelos atores políticos.

Nesse sentido, Keane (2013) advoga que o cenário tem efeitos e relação com a própria política, ainda que o vínculo entre democracia e a abundância comunicativa seja, para ele, complexo. O autor expõe que, nesse contexto comunicacional, a visão não é mais o principal meio de poder e política, como seria num momento em que a televisão e o cinema eram os veículos de comunicação mais utilizados. Para ele, é um exagero pensar que a democracia vocal pode ser substituída por uma lógica espectral, tendo em vista que tanto texto, quanto imagem, estão presentes na vida política. Segundo Keane (2013), a democracia pode ser entendida como multisensorial:

Na revolução inacabada da abundância comunicativa, a política democrática é um negócio multisensorial. Várias técnicas multimídia e ferramentas de comunicação são baseadas em texto, toque, som e imagem. Eles entram em todos os cantos da vida cotidiana. Eles tocam e transformam o eu interior das pessoas. (KEANE, 2013, p. 13, tradução nossa).

Dentre outras tendências importantes pontuadas pelo autor, há, ainda, a de que eventos - e os públicos - se tornem mais globais e transnacionais, o que Keane (2013) denomina como *cross-border publics*, ou públicos transfronteiriços, em tradução livre. Fortalecidas por esse contexto de abundância comunicativa, em que a linha entre o público e privado se torna tênue e a circulação de ideias e informações se amplia, aumentam, também, as influências transnacionais - tanto entre governos, quanto entre os próprios cidadãos. Aqui, é possível pensar no próprio processo migratório como inserido nessa lógica transnacional, em seu sentido literal. Se os fluxos informacionais e de comunicação são ampliados num contexto de abundância comunicativa, é possível questionar, também, como esse cenário estimula e motiva mais deslocamentos físicos, maior trânsito de públicos e, até mesmo, o fortalecimento de redes – incluindo as migratórias.

Na visão de Keane (2013), ao testemunhar diferentes eventos globais, os sujeitos resignificam a própria noção de tempo e espaço, ao perceberem que existem outros ritmos, lógicas e modos de viver, como no caso da caravana

migrante ou do próprio deslocamento populacional. Para o autor, diante desse contexto, essas pessoas podem descobrir “o estrangeiro dentro de si” (KEANE, 2013, p.73), sendo convidados a questionar seus pensamentos e dogmas, a agir de forma mais “global” e repensar, também o modo como lidam com os outros.

Nesse sentido, o autor defende que o crescimento desses “públicos globais”, que também atravessam fronteiras dos estados territoriais – como no caso das caravanas migrantes, pode alterar dinâmicas dentro desses locais e, até mesmo, “moldar as agendas de vários setores socioeconômicos e instituições político-legais de nosso mundo globalmente interdependente” (KEANE, 2013, p. 72). O contexto de abundância comunicativa estimula, portanto, a relação entre diversos países, afetando e impondo, também, desafios a Estados. Com isso, todavia, é possível refletir que alguns outros efeitos podem ser observados, como maior monitoramento por parte desses atores políticos, o (re)estabelecimento de fronteiras ou uma reação à ampliação dessa lógica transnacional.

A CARAVANA E O “POVO”

Com base nas discussões feitas, outro ponto relevante para reflexão é observar como, apesar de em diferentes conjunturas, conceitos como os de “povo” ou de “fronteiras” são mobilizados. Para Varela Huerta (2013), no caso do México e Estados Unidos, operam políticas de externalização de fronteiras, instituídas por lógicas de “segurança nacional” entre os países. Na avaliação de Judith Butler (2018), em um contexto em que a economia neoliberal se fortalece em muitos locais, estruturando serviços públicos e instituições, cresce a ideia de que algumas pessoas ou grupos são considerados descartáveis. Por essa lógica, alguns sujeitos não seriam vistos da mesma maneira que os outros e, portanto, não seria necessário fornecer proteção ou subsídios para esses indivíduos, tendo em vista que eles são dispensáveis.

Nessa perspectiva também podem ser mobilizadas as contribuições de Achille Mbembe (2011), que fala sobre a existência de “categorias de pessoas indesejadas” que, por essa lógica, poderiam ser desconsideradas ou excluídas de processos políticos e relações sociais. O autor cita a situação da África do Sul que, após anos de *apartheid*, ainda herda uma “política de separação” que

envolve até mesmo a recusa em conviver com o outro, com quem é “diferente”. Essa ideia também é presente em outros lugares e ocorre também com o público migrante, principalmente aqueles que estão indocumentados ou em situação irregular, como pontua Mbembe (2011):

Em todo o mundo, um regime global de muros está contribuindo rapidamente para a fabricação de categorias inteiras de pessoas indesejadas do imigrante ilegal, o trabalhador sem documentos e, cada vez mais, o refugiado e o requerente de asilo são os protótipos. Este regime global é caracterizado pelo tratamento de indivíduos, grupos ou comunidades no que diz respeito ao movimento ou circulação. (MBEMBE, 2011, p. 15)

Numa análise mais antropológica, esse contexto de criação de muros e o fortalecimento de fronteiras físicas e simbólicas diz, também, sobre como o ser humano vem sendo tratado em contextos de violência, vulnerabilidade e precariedade. Mbembe (2011) critica o modo pelo qual as pessoas são constantemente categorizadas e hierarquizadas, além de terem que se submeter a políticas de controle e monitoramento constante. No caso dos sujeitos que se deslocam entre países, essas medidas são ainda mais presentes e marcadas, numa restrição ao circulação e mobilidade das pessoas que, na visão do autor, estão numa relação transnacional por si só (*idem*, 2011).

Mbembe advoga que o “descarte” das vidas humanas tem sido uma característica marcante do sistema capitalista que, estimulando a acumulação de riqueza e propriedade, acaba por desconsiderar aqueles que fogem a essa lógica ou que não conseguem acumular esses recursos. Considerados “indesejados”, esses sujeitos acabam por encontrar outros desafios, que estão ligados, também, a forma como eles se enxergam enquanto humanos. Essa conjuntura, aliada a um contexto de abundância comunicativa (KEANE, 2013), acaba por causar nos sujeitos uma sensação de incompletude ou de vazio por não conseguirem alcançar esse status de ter vidas que são consideradas ou reconhecidas. A saída, muitas vezes, é buscar outras oportunidades em locais diferentes, como é o caso dos migrantes em caravana. Ao se deslocar, entretanto, os corpos têm que lidar com esses mecanismos de controle e vigilância, que, na maioria das vezes sob a alcunha da “soberania” ou da “segurança nacional”, exclui, expulsa, impede ou até mesmo age com violência contra aqueles que se mobilizam. Para Mbembe,

essa delimitação de limites e fronteiras cada vez mais marcantes está localizada no bojo das discussões sobre soberania que, para o autor, envolve não só a ocupação de territórios como a colocação do sujeito em um local relegado, entre o status de “quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2015, p. 135).

Numa perspectiva semelhante, Judith Butler (2018) defende que a própria determinação do “povo” envolve uma delimitação geralmente baseada na nacionalidade ou no contexto de Estado-Nação, o que acaba por traçar uma linha entre quem é reconhecido como parte daquele povo e quem não é. Em nome da defesa ou de alguma segurança, os corpos podem ser descartáveis. É por isso que a autora defende que o objetivo da democracia não deve ser somente garantir a inclusividade, mas discutir de que forma essa demarcação é estabelecida e como modificar essa relação entre o “reconhecível e o irreconhecível” como povo (BUTLER, 2018, n.p.).

Essa é uma luta constante. O caso das caravanas migrantes pode ilustrar como essas delimitações operam e como diversos significados aparecem ao longo da trajetória desses corpos em movimento. Ao cruzar fronteiras e desafiar os limites dos Estados-Nação, esses sujeitos encontram, por vezes, reações que os enquadram como indesejados, como excluídos de um determinado tipo de concepção de “povo”, ou como estranhos e ilegais num ambiente e num território que não é o seu de origem. Em nome da segurança e da soberania nacional, são registradas reações contrárias à presença desses corpos (BBC, 2018; G1, 2018). Entretanto, ainda que em condições de precariedade ou excluídos da esfera pública, ainda que privados de direitos ou “do lado de fora” de estruturas políticas, esses corpos migrantes agem conjuntamente, politicamente e resistem.

CONCLUSÃO

Considerando as reflexões realizadas, é possível perceber que a discussão sobre a mobilização e formas de resistência adotadas por migrantes é fundamental, principalmente ao se considerar o crescente processo de produção de fronteiras. No cenário atual, várias são as formas de criminalização da migração, seja por meio de discursos e ações xenófobas – que enxergam o

migrante transnacional como indesejado, ilegal ou um problema - seja pela constante adoção de políticas e mecanismos de securitização de fronteiras e criação de muros para impedir o deslocamento.

Nessa seara, o presente trabalho teve o objetivo de discorrer sobre as chamadas Caravanas Migrantes ou Caravanas de Migrantes, ocorridas em 2018 entre alguns países da América Central rumo ao México e Estados Unidos. A proposta foi olhar para a mobilização a partir de teorias e discussões contemporâneas sobre a democracia e política, entendendo essas caravanas – e o próprio deslocamento populacional – em seu potencial político e como uma forma de resistência frente a esses contextos hostis à migração. Num primeiro momento, procurou-se expor algumas características dos deslocamentos populacionais pela América Central e a formação e estruturação das caravanas, demonstrando como diferentes formas de mobilidade alteram dinâmicas sociais e podem contribuir para se pensar esses dois campos.

Em seguida, discorreu-se sobre a questão dos corpos, de modo a olhar para a ação dos migrantes em caravana a partir dessa interpretação, tomando como base as discussões de Judith Butler (2018) Dimitri Fazito (2017) e Amarela Varela Huerta (2013;2016). A proposta foi compreender a movimentação dessas pessoas não só como um deslocamento espacial, mas como uma forma de resistência e ação política, que estabelece e manifesta reivindicações e questiona estruturas e relações de poder dominantes. Essa ideia foi importante para compreender como a mobilização de sujeitos e sua reunião nas ruas não pode ser resumida àquilo que é dito, ao que é colocado verbalmente ou por escrito.

Outro ponto importante que foi observado ao se lançar luz sobre a caravana migrante diz respeito à mídia e a centralidade desta para se pensar a mobilização. Foi possível perceber que a divulgação midiática do deslocamento foi relevante tanto para garantir maior adesão à caravana, quanto para difundir informações sobre o processo, incluindo a reação de governantes, como Donald Trump, que usou o Twitter e as redes sociais para se posicionar contrário à mobilização. Nesse sentido, foi feita breve discussão sobre a centralidade comunicacional também para refletir sobre o contexto de abundância comunicativa (KEANE, 2013) e como essa conjuntura informacional e de sobreposição hipertextual pode contribuir para compreender a própria ação dos

sujeitos e fenômenos complexos como a migração, num cenário cada vez mais transnacional.

Ainda relacionado a essa conjuntura comunicacional, fez-se relevante discutir acerca de definições como a de “povo” e seus usos para definir “quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2015). Essa abordagem permitiu que olhássemos, também, para o crescente estabelecimento de muros e fronteiras - físicas e simbólicas - nas sociedades contemporâneas, reações contrárias à migração e como isso afeta a experiência desses corpos que desafiam esses limites estabelecidos. Isso reforça a principal defesa proposta pelo presente trabalho, que é de compreender as caravanas migrantes em seu caráter político e de resistência, em que corpos estão em atuação e movimento, lutando por uma vida mais passível de ser vivida (BUTLER, 2018).

REFERÊNCIAS

AQUINO, Alejandra; DÉCOSSE, Frédéric; HUERTA, Amarela Varela (Ed.). **Desafiando fronteiras: control de la movilidad y experiencias migratorias e el contexto capitalista**. Sur+ Ediciones, Fronter Press, 2012.

BBC Brasil. **Como uma caravana de migrantes rumo aos EUA desafia Donald Trump e o governo do México**. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45947234>> Acesso em: 10 set. 2019.

BRITO, F. **A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 30(1), 77-97, 2013.

_____. **Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 12(1/2), 21-34, 1995.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**. RJ: Civilização Brasileira, 2018. Arquivo Kindle. Não paginado.

CHEMHURU, Munamoto. **Democracy and the Paradox of Zimbabwe: Lessons from Traditional Systems of Governance.** The Journal of Pan African Studies, vol.3, no.10, p. 180-191, September 2010. Disponível em: < <http://panafrican.org/docs/vol3no10/3.10DemocracyParadox.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2019.

CNDH, Comisión Nacional de Derechos Humanos. **Situación de las personas migrantes no localizadas y restos no identificados en México.** México, CNDH. 2012. Disponível em: < <https://www.fundacionjusticia.org/wp-content/uploads/2013/06/ANEXO-17-INFORME-CIDH-Migrantes-no-localizados-y-restos-no-identificados-en-Mexico.pdf> > Acesso em 23 set.2019.

DE GENOVA, Nicholas. **The legal production of Mexican / migrant 'illegality'.** Latinos Studies, vol. 2, pp. 160-185, 2004.

EL COLEF. **La Caravana de Migrantes centroamericanos en Tijuana 2018: diagnóstico y propuestas de acción.** Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte. 2018. Disponível em:< <https://www.colef.mx/estudiosdecolef/la-caravana-de-migrantes-centroamericanos-en-tijuana-2018-diagnostico-y-propuestas-de-accion/>> Acesso em: 08 set.2010.

FAZITO, Dimitri. **Desplazamientos sensibles: reflexiones sobre el entramado de las formas de movilidad, las emociones y los cuerpos en el mundo contemporáneo-el caso de las migraciones en condición de irregularidad.** In: XXXI Congresso ALAS. Montevideo: 2017.

G1. **Moradores de Tijuana, no México, protestam contra caravana de migrantes da América Central.** 2018. Disponível em :< <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/18/moradores-de-tijuana-no-mexico-protestam-contracaravana-de-migrantes-da-america-central.ghtml>> Acesso em: 12 set.2019.

G1. **Primeiros migrantes de caravana chegam à fronteira México-EUA.** Disponível em:< <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/14/migrantes-centro-americanos-chegam-a-fronteira-mexico-eua.ghtml>> Acesso em: 15.set.2019.

GREEN, Jeffrey. **The eyes of the people - Democracy in an Age of Spectatorship.** New York: Oxford University Press, 2010.

KEANE, John. **Democracy and media decadence.** Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MBEMBE, A. **Democracy as a community life**. The Salon, v. 4, 2011.
Disponível em: < <http://jwtc.org.za/resources/docs/salon-volume-4/1-Salon-Vol-4-Mbembe.pdf>>. Acesso em: 18 set.2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Rio de Janeiro: Arte e Ensaios, v.1.n.32, 2016.
Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>> Acesso em: 09 set.2019.

MEJÍA, ILIANA. **Reflexiones sobre la caravana migrante**. Iteso: 2018.
Disponível em: < <https://rei.iteso.mx/handle/11117/5616>>. Acesso em 20 set.2019.

MEZZADRA, Sandro. **Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes**. Revista ECO-Pós, v. 15, n. 2, p. 70-107, 2012.

RODRÍGUEZ, E. **Migración centroamericana en tránsito irregular por México: nuevas cifras y tendencias** [Reporte técnico]. 2016. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/314279166_Migracion_centroamericana_en_transito_irregular_por_Mexico_Nuevas_cifras_y_tendencias>. Acesso em: 15 set.2019.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Edusp, 1998.

SQUIRE, Vicki (ed.). **The Contested Politics of Mobility: Borderzones and Irregularity**, Routledge, Londres, 2011.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). **International Migration Report 2017: Highlights** (ST/ESA/SER.A/375). Disponível em: < http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017_Highlights.pdf> Acesso em: 08 set. 2019.

VARELA HUERTA, Amarela. **Caravana de Madres Centroamericanas, un ejemplo de las nuevas luchas migrantes**. Derechos humanos y transformación política en contextos de violencia. Mexico City: FLACSO, p. 315-352, 2016.

VARELA HUERTA, Amarela. **Del silencio salimos: la Caravana de madres hondureñas en México. Un ejemplo de resistencias en clave femenina al régimen global de fronteras**. Desafiando fronteras. Control de la movilidad y experiencias migratorias en el contexto capitalista, México. Sur, p. 175-186, 2013.